

**ATA DA 21ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018 DO COMDEMA
REALIZADA EM QUATRO DE JULHO DE 2018.**

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a vigésima primeira Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, no Auditório da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos – Rua Dr. Artur Porchat de Assis, 47 - Boqueirão, Santos, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 20ª. Reunião Ordinária. 2 - Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – Informes sobre os Trabalhos Desenvolvidos - Marcos Libório – SEMAM. 3 - Projeto de Desenvolvimento Sustentado do Litoral Paulista - Etapa 4 – Ernesto Tabuchi – SEMAM. 4 - Atualização do Regimento interno. 5 - Comunicados da Secretaria. 6 - Assuntos Gerais. Compareceram à Reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira (SEMAM I), Márcio Paulo Gonçalves (SEMAM I), Luiz Otávio de Almeida Castro (SEMAM II), Fátima Regina Faleco Dias (SEDUC), Tibério Ramos Leandro (SIEDI), Paulo Antonio Fritelli (SMS), Juliana Maria de Souza Freitas (SEDURB), Ricardo Salgado Silva (SAPIC), Ana Paula Machado (COHAB), Marly Alvarez Cimino (PRODESAN), Eduardo Simabukuro (CET), Mariangela Oliveira de Barros (UNIMONTE), Paulo José F. A. Junior (FATEC), Cleide Barbieri de Souza (UNILUS), Alba Maria G. Kannebley (ACS), Ademar Salgosa Junior (CREA), Eduardo Lustoza e Domingos Mariotti Tringalli (AEAS), Zenivaldo Ascenção dos Santos (ABES), Patrícia Trindade do Val (OAB), Fábio Antonio Boturão Ventriglia e José Roberto Fernandes (ASS/SURF), Renato Prado e Ibraim Tauil (CONCIDADANIA). Ausência justificada: UNISANTOS. Ausentes: SESEG, SEFIN, SEMES, SETUR, SESERP, SEDS, SECULT, SERIC, SEDES, UNISANTA, CIESP, SIND.ENGENHEIROS, Instituto ECOFAXINA, Fundação Mokiti Okada, Clube Soroptimista Internacional de Santos e COMEB. Convidados: Secretário de Meio Ambiente Marcos Libório e Secretário Adjunto Ernesto Tabuchi (SEMAM), Eduardo Kimoto (SEDURB), Paulo Marco de Campos Gonçalves (Jardim Botânico/SEMAM) e Dionísio Andrade (Fórum da Cidadania). O Presidente deu início à Reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a opor quanto à **Ata** enviada por e-mail para leitura prévia, esta foi **aprovada** por unanimidade. O Sr. Marcos Libório apresentou condolências ao Sr. Paulo Marco, em virtude do falecimento de sua esposa. Na continuidade passou ao item 2. informou que a Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima (CMMC) reúne-se mensalmente, estando desenvolvendo em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) um formato de consultoria, já na linha de modelo do plano de ação e mitigação às mudanças climáticas. Informou que em reunião da CMMC (05/2018) constituiu-se o Comitê Consultivo Acadêmico (CCA) composto por representantes de Universidades locais, visando o aproveitamento dos estudos e pesquisas existentes na região dos 12 eixos temáticos do Plano de Adaptação, apresentados sintetizaram em 05 eixos para análise do Comitê e posterior envio das considerações à CMMC. Participou que Santos e Salvador foram selecionadas para realização deste convênio, intercorrido através do MMA e GIZ para a parceria e cooperação técnica. Informou que Santos devido aos trabalhos apresentados pela CMMC, principalmente pela erosão costeira, está com certa vantagem. Comunicou sobre Convênio assinado com o International Solid Waste Association (ISWA) com sede na Áustria, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) e a Prefeitura, sendo direcionado a identificação nas fontes de poluição, ou seja, do lixo presente na zona costeira de Santos, permitindo desta forma a atuação nas causas e não nas consequências. Informou que o convênio está subsidiando tecnicamente este caminho. O Sr. Ibraim sugeriu ao COMDEMA a possibilidade da criação de uma comissão especial dentro do conceito de sustentabilidade formada por voluntários deste Conselho e convite para especialistas da área ambiental e econômica. O Sr. Marcos Libório ressaltou que do ponto de vista ambiental é primordial o diálogo junto às indústrias sobre a responsabilização (destinação final adequada dos resíduos).

A Sra. Patrícia informou que um dos instrumentos de regulamentação utilizados atualmente é a certificação ISO 9000 (Qualidade) na qual a empresa certificada é obrigada a rever a cadeia produtiva do ciclo de vida do produto (início ao fim). O Sr. Marcos Libório recapitulou que o convênio apresenta o estudo e o enfrentamento. O Sr. José Roberto (ASS/SURF) perguntou se o ISWA efetuará apresentação de metodologia no COMDEMA. O Sr. Marcos Libório informou que dentro de 30 dias ocorrerá no município o 1º. Workshop. O Sr. Ibraim perguntou se há planos para o descarte dos Resíduos de Construção Civil (RCC). O Sr. Marcos Libório informou que há 02 sistemas em andamento na cidade: Processo Físico (processos manuais) e o Digital (SIGOR) em que Santos e São José do Rio Preto foram escolhidas para implantação do Sistema. Comunicou que no mês de junho enviaram ofício à todas as construtoras e agentes envolvidos em construção civil, para efetuação de cadastro no SIGOR para se ter redução de possíveis fraudes neste processo de apresentação de guias de destinação (CTRS- Central de Tratamento de Resíduos Sólidos). O Sr. Fábio (ASS/SURF) perguntou se existem projetos ou processos no município para o processamento dos resíduos da construção civil para aproveitamento. A Sra. Viviane informou que no mês passado a empresa PGV Serviços localizada no município, solicitou parecer técnico para entrar com licenciamento no processo de reciclagem de produtos da construção civil. O Presidente comentou de apoio anterior da AEAS ao Projeto Sobras das Obras. Pontuou que no município de Guarulhos há aplicação da lei de IPTU Verde com práticas sustentáveis (áreas permeáveis, energia solar) refletindo em descontos no IPTU, um incentivo, e que o COMDEMA poderia transformar este exemplo como sugestão ao Executivo de análise da aplicação de medidas semelhantes. O Sr. Renato em complemento ao tema informou sobre o projeto do Condomínio Sustentável com eixos da gestão de resíduos, eficiência energética e uso racional da água em condomínios havendo ainda certa reserva por parte destes. O Sr. Marcos Libório informou que além de Guarulhos, São Vicente aplica a Lei de IPTU Verde e que solicitou o modelo deste para a Secretária de Meio Ambiente de São Vicente, Sra. Silmara de Oliveira Casadei e o fortalecimento do COMDEMA nesta questão é essencial. Comunicou que o projeto Condomínio Sustentável foi efetuado através de um convênio entre a Prefeitura, SEMAM e a ONG Concidadania com recursos provenientes da aplicação de multas revertidas ao Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (FMPRMA). Comunicou que o programa tem sido exitoso, porém faltando ainda a adesão voluntária dos condomínios. O Sr. Ibraim sugeriu ao Sr. Renato efetuar uma apresentação detalhada do projeto no COMDEMA. O Sr. Marcos Libório comunicou publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo no Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA (comunicados) *art. 4 parágrafo 1º.*, o município de Santos apto ao exercício do licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos classificados como médio e baixo impactos locais, nos termos do anexo 2, deliberação CONSEMA nº. 0114. O José Roberto (ASS/SURF) perguntou a partir de quando. Este informou que desde já, pois foi publicado. A Sra. Patrícia perguntou quando serão iniciados os licenciamentos de médio e baixo impactos, se há lista própria ou se aproveitarão as listagens da CETESB. O Sr. Marcos Libório informou que a data para o início não está definida e está em conversação com a CETESB a este respeito. O Sr. Eduardo Lustoza informou que está programado para 21/09/2018, na AEAS o 6º Seminário de Hidrovias Já. Na qual o eixo temático deste ano é o desenvolvimento sustentável. O Sr. Ibraim citou que no Chile e recentemente no Parlamento Inglês determina-se que em construções prediais habitacionais haja um percentual destinado ao atendimento aos mais desprovidos evitando-se o surgimento de favelas, palafitas ou guetos. Salientou sobre a capinação efetuada com defensivos agrícolas e já que foi sugerido que a campinação mecânica poderia ser feita com a contratação de moradores de rua. O Sr. Marcos Libório informou sobre ofício enviado aos terminais portuários da cidade sendo o retorno negativo quanto a utilização do mata mato, sendo realizada a capina mecânica. O Sr. Ernesto deu condolências ao Sr. Paulo Marco e família e passou ao item informando que o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, específico para o controle de ocupações em áreas de interesse ambiental tem

como base 03 pilares: Habitação, Meio Ambiente e Defesa Civil, temas interligados entre si. Informou que foi ofertado a todos municípios 09 da Baixada Santista, 04 do Litoral Norte e 03 do Litoral Sul. Comunicou que o convênio com o município de Santos foi celebrado em 24/11/15, tendo prazo de 05 anos e com a parte ambiental prevista em 6 etapas: 1. Disponibilização do município de sala e funcionários para planejamento e monitoramento das ações; 2. Doação de equipamentos efetuada pelo Estado; 3. Levantamento pelo município das áreas de relevante interesse ambiental; 4. Elaboração pelo município/Estado de Plano de Monitoramento e Fiscalização Integrada; 5. Execução do item 4; 6. Diretrizes visando a integração do item 4, com o Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. Participou que Santos elegeu 22 áreas ocupadas como prioritárias, sendo produzido um diagnóstico destas áreas, considerando como perfil de ocupação: número de famílias, número de moradias irregulares, o perfil das propriedades (se tem água, esgoto ou luz). Informou sobre a realização de evolução temporal de ocupação baseada no sistema de informações geográficas, com comparativo de imagens de 2007, 2010 e 2014, onde elaborou-se a caracterização ambiental, levantamento de infrações ambientais lançadas nestas áreas, levantamento do risco geotécnico e a caracterização fundiária. Informou que em meados de 2014 a 2016, a Prefeitura realizava fiscalizações em áreas de ocupação, através de grupo específico no qual ocorreu o desmonte de aproximadamente 245 estruturas. Ressaltou que a ocupação irregular é tangente à questão Socioeconômica. O Sr. José Roberto perguntou qual a proveniência da verba do projeto. Sr. Ernesto informou que é verba do Governo Estadual e empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) valor estimado de R\$ 1.000.000.000,00 para todo o litoral. O Sr. Dionísio participou sobre a trilha do boi morto pois é uma área de mata e descampada e propícia a invasões. O Sr. Ernesto informou que esta é uma área privada. Sr. José Roberto perguntou se São Vicente resolveu a questão do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) pois, por constar neste, não foi incluso, ressaltando que o convênio tem que abranger uma solução metropolitana. Afirmou que enquanto manter-se cargas tributárias e juros bancários elevados não haverá investimentos no país, afetando o aspecto Socioeconômico. Constatou que no Litoral Norte há elevação na venda de imóveis de altíssimos padrões por preços muito abaixo do mercado, inteirando que muitos encontram-se desocupados sendo a manutenção custosa. O Sr. Ernesto ao respondeu ao Sr. José Roberto que a intenção do programa seria a abrangência de todos municípios da Baixada Santista, porém, se constar inadimplência junto ao Governo, o repasse é inviável e que São Vicente precisa negatar o CADIN para ser incluso no programa. Ressaltou que o problema do ciclo econômico efetivamente resvala na questão ambiental. O Sr. Ibrahim pontuou que em construções habitacionais para classe média/média alta, tenham percentual para abrigamento das classes menos favorecidas. Comentou sobre projeto de transposição do Alcoolduto na APA Continente, onde haverá contratação de trabalhadores e que é necessário a análise da interferência e consequência da obra. Enfatizou que a Trilha do Boi Morto é a única reserva de Mata Atlântica nativa na Ilha de São Vicente e que é primordial sua preservação. O Sr. Ernesto destacou que a inclusão social é fundamental quanto à questão habitacional. No quesito Alcoolduto informou que dentro das condicionantes da licença de instalação ou das licenças que são impostas ao empreendedor, existe um programa de mobilização e desmobilização de mão de obra no qual este, é obrigado a dar informações sobre a contratação e dispensa de mão de obra. O Sr. Paulo (FATEC) questionou o fato, em que áreas de invasões irregulares são consolidadas pela(s) Prefeitura(s) e qual é o papel da Prefeitura neste projeto. O Sr. Ernesto informou que 90% das áreas não foi ocupada com o incentivo da Prefeitura e que esta não coloca água ou luz e o que tem em 90% é ligação clandestina de água e eletricidade. Ressaltou que nos poucos casos ocorridos a Prefeitura considerou o processo de Regularização Fundiária no qual se transformam locais que não tem risco e nem sérios problemas ambientais em bairros regulares. O Sr. Dionísio falou que se reflorestar o mangue evitará enchente em boa parte da zona noroeste. O Sr. Ernesto informou que minimizará, pois

esta região é uma área de restinga e mangue. O Sr. Fábio solicitou a disponibilização da apresentação do Sr. Ernesto ao Conselho. No item 4 a Sra. Patrícia informou que em maio foram abertas sugestões de alterações do Regimento Interno e enviadas 02 inserções, do Sr. Ibraim (Concidadania) e Sr. Paulo Fritelli (SMS) e uma solicitação da Presidência no sentido de verificar que não existe no Regimento o que aconteceria na ausência do Presidente e Vice-presidente. Informou sobre reunião da Câmara Técnica de Legislação (CT) para consolidação e posterior aprovação na próxima reunião. Esta informou que consta artigo quanto a competência de legislar sendo diretamente veiculada à Política Ambiental e como não há, sugeriu que seja efetuada a retomada desta que será avaliada pelo Poder Legislativo e Executivo. Salientou que a Política Pública Ambiental e diretrizes sejam pauta da próxima reunião. Pontuou que o Conselho deverá analisar qual será o instrumento regulador se Código ou uma Política. A Sra. Marly sugeriu o envio de manifestações via e-mail. O Presidente concordou com a sugestão. O Sr. Renato (Concidadania) perguntou se a reunião da CTL é aberta e se existe possibilidade de maior participação da sociedade civil no Conselho. A Sra. Patrícia informou que estabeleceu-se em plenário que a discussão seja no Conselho e quanto a paridade comunicou que na Lei Municipal de Criação do COMDEMA há determinação da composição do Conselho. Esta informou que analisará a questão junto ao Regimento Interno. O Presidente inverteu a pauta e passou para Assuntos Gerais. A Sra. Viviane comunicou a aprovação no mês de junho do Projeto da Revisão do Plano de Saneamento Municipal (SEMAM) pelo FEHIDRO que incluirá a incorporação do Plano de Resíduos Sólidos junto com o Plano de Saneamento existente que englobará água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos estabelecendo planos e metas para o cumprimento destas 04 diretrizes. O Presidente comunicou sobre envio de ofício da SEMAM para indicação de representantes no Conselho Deliberativo Parque do Engenho dos Erasmos. O Sr. Renato Prado e o Sr. Eduardo Lustoza se colocaram à disposição da função, o 1º. como Titular e o 2º. como Suplente. O Presidente informou que o mandato deste Conselho será até 16/09/18. Colocou à disposição 07 requerimentos enviados pelo Legislativo no mês de junho. Proferiu que no dia 05/07 às 19h00 na AEAS, ocorrerá palestra sobre Violência Contra a Mulher, palestrante Humberto de UOMO. O Sr. José Roberto divulgou campanha da Associação do Surf sobre retirada de material sólido na praia. O Sr. Ibraim citou requerimento nº. 3279/ofício nº. 8045 de tronco de árvore utilizado para sustentação de tapumes na praça Rebouças e solicitou uma monção de repúdio deste fato através do COMDEMA e sobre projeto de lei apresentado pelo Vereador Braz sobre condutores de raízes na qual não se fala da profundidade do berço e a qualidade do substrato. O Sr. Domingos informou que o assunto foi remetido ao CREA. O Sr. Ibraim sugeriu a criação de grupo de estudos com a participação de especialistas da área para a elaboração de um novo modelo de contrato de Coleta Seletiva e Destinação de Resíduos e posterior apreciação ao Executivo. O Sr. Ernesto informou que o licenciamento da 3ª. Célula do Aterro Sanitário do Sítio das Neves tem previsão de término da vida útil em 2020. A Sra. Viviane informou sobre projeto de Compostagem coordenado pelo Sr. Paulo Marco que fez breve comentário do projeto, pois este será pauta na próxima reunião. Esta sugeriu realização de mesa redonda com especialistas da área para levantamento de propostas. O Presidente informou que enviará ofício de participação para a SESERP, solicitando explicações do Cenário da Coleta e Destinação de Resíduos. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, para a lavratura da presente Ata, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Glaucia Santos dos Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR

GLAUCIA SANTOS DOS REIS